



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Conhecimento, Ciência e Tecnologia [ST]

PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALENTEJO NO HORIZONTE 2020 – QUE CENÁRIOS E ESTRATÉGIAS?

SANTOS, Gisela
Mestranda em Sociologia
Universidade de Évora
[giselamvsantos@gmail.com](mailto:gisela.mvsantos@gmail.com)

SANTOS, Marcos Olímpio
Doutorado em Sociologia
Universidade de Évora
mosantos@uevora.pt

BALTAZAR, Maria da Saudade
Doutorada em Sociologia
Universidade de Évora
baltazar@uevora.pt

Resumo

A relação entre a democracia e o desenvolvimento parece clara se se considerar o elemento comum: as pessoas. Por um lado, a democracia é um regime de governo que implica que se dê importância a todos os atores do sistema, às suas opiniões e considerações e que o poder das decisões está nas mãos dos cidadãos (através de representantes), por outro lado o desenvolvimento apresenta-se como um processo integrado, virado para as pessoas, para as suas necessidades e para o local onde vivem. Para que o desenvolvimento de uma região se verifique é necessário que esta se mostre apta a responder a questões como a concorrência e competitividade. Vive-se agora na sociedade do conhecimento, onde este, a ciência e a tecnologia ganham primazia como facilitadores do desenvolvimento regional. Os parques de ciência e tecnologia têm como objetivo aumentar o valor da comunidade onde se inserem e estimular o fluxo de conhecimento entre universidades, instituições de ciência e tecnologia, empresas e mercados. Surge assim a importância do modelo tripla-hélice de Etzkowitz e Leydesdorff onde o conhecimento se assume como produzido em contexto de aplicação prática e através da ligação entre Estado, empresas e universidades. Pretende estudar-se o contributo do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA) para o desenvolvimento da região Alentejo e apresentar um conjunto de cenários futuros possíveis para o mesmo no horizonte temporal de 2020, considerando os fundamentos da prospetiva segundo Michel Godet.

Abstract

The relationship between democracy and development seems obvious if its common element is considered: people. On one hand, democracy is a government scheme which implies that it gives due importance to all actors of the system, their opinions and considerations and that the decisions are in fact in people's hands (through representatives), on the other hand, development is an integrated process which considers people and their need as well as the place where they live. In order to regional development to happen it is necessary that the region shows its ability to answer challenges such as competition and competitiveness. Nowadays we are living in a knowledge based society where knowledge, science and technology are seen as facilitators of regional development. Science and Technology Park's main goal is to raise the value of the community where they are located as well as stimulate the flow of knowledge between universities, science and technology institutions, companies and markets. It is important to mention Etzkowitz and Leydesdorff's triple helix model whereby the knowledge is produced in a context of practical application through a strait connection between State, companies and universities. We intend to study the contributes of Science and Technology Park of Alentejo to development of Alentejo as well as present a set of possible future scenarios for it considering the time horizon 2020 and considering Michel Godet's fundamentals of prospective.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo; Transferência de conhecimento e tecnologia; Prospetiva estratégica; Cenários.

Keywords: Regional development; Science and Technology Park of Alentejo; Knowledge and technology transfer; Strategic prospective; Scenarios.

1. Introdução

A temática “40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas” escolhida para enquadrar o VIII Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, suscitou o interesse por uma abordagem diacrónica que incluisse um aspeto particular do Alentejo relacionado com os três Ds do Movimento das Forças Armadas (Descolonizar, Democratizar e Desenvolver). Afigurou-se aos autores que uma comunicação intitulada “Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo no horizonte 2020 – que cenários e estratégias?” podia corresponder ao intuito referido.

Procura-se associar algumas das consequências da Descolonização, tal como o afluxo de “retornados” ao Alentejo, bem como expor alguns dos efeitos para a região do processo de Democratização (em especial a implantação do poder local e a expansão da sociedade civil), e ainda abordar resultados do empenho pelo Desenvolvimento regional e local que diversos atores têm assumido desde 1974.

Se é possível ainda que empiricamente constatar que houve progressos na região (por exemplo nas infraestruturas), deteta-se também a existência de contradições (traduzidas em obstáculos) que têm contrariado a obtenção de níveis de desenvolvimento mais satisfatórios, e que levantam interrogações sobre o futuro, quer em termos mais gerais, quer em termos mais particulares (como seja: 50 anos após o 25 de Abril de 1974 qual será a resposta e qual será o contributo do PCTA para o desenvolvimento da região?)

É um contributo para a resposta a essa questão que os autores ensaiam nesta comunicação, ensaiando algumas bases que confluem num conjunto de cenários futuros possíveis para o PCTA, no horizonte temporal de 2020 (coincidente com o horizonte da Estratégia Europa 2020), e propiciem a definição de estratégias a ser adotadas, face a esses cenários, por parte dos atores envolvidos na criação do PCTA. Para tal, consideram-se entre outros, os fundamentos da prospetiva, segundo Michel Godet, enquanto metodologia apropriada ao planeamento estratégico, e ao estudo em causa.

Os resultados da reflexão e da pesquisa que os autores realizaram, e dos procedimentos adotados para o efeito, são apresentados seguidamente através dos seguintes pontos: Desideratos do 25 de Abril de 1974; Évora e o Alentejo – retrato sucinto dos últimos 40 anos; Evolução do conceito de desenvolvimento; A sociedade do conhecimento; Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo; Metodologia, Elaboração de cenários.

2. Desideratos do 25 de Abril de 1974

É importante que se compreendam as razões que conduziram à revolução de 25 de abril de 1974 e à posterior passagem para o regime democrático. Podem encontrar-se três forças motrizes que incentivaram a revolução, considerados os 3D: terminar com a guerra colonial (Descolonizar), acabar com a ditadura e restabelecer um regime democrático (Democratizar) e o atraso no desenvolvimento económico e social do país (Desenvolver).

No que diz respeito à descolonização, esta foi preparada através de negociações com o intuito da autodeterminação e independência das colónias portuguesas. É de realçar que todas as colónias, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola se tornaram independentes nos tempos seguintes à revolução de Abril, à exceção de Timor e Macau. Podem apontar-se algumas repercussões associadas à descolonização que se mostram como relevantes no contexto da presente comunicação. Assim, verificou-se um grande afluxo de retornados a Portugal, ao Alentejo e a Évora. Por retornado deve considerar-se “ (...) (...) todo o indivíduo que declarou residir (...) em Angola, Moçambique ou outra ex-colónia.” (Pires et al., 1984, pp. 35). Segundo os mesmos autores, o número de retornados recenseados pelo Instituto Nacional de Estatística, a 1981, ultrapassava o meio milhão na sua totalidade. Quanto ao distrito de Évora mais especificamente, o número de retornados era de 3918 o que significava 2,2% da população residente do distrito. Outra repercussão identificada foi o reforço do potencial científico tanto a nível nacional como em específico no então designado Instituto Universitário de Évora. O processo de descolonização “ (...) envolveu a transferência de efetivos populacionais com qualificações acima da média (...) ” o que acarretou consequências como o “aumento geral do potencial de mão-de-obra qualificada no

país em certos setores de atividade e, principalmente, nas regiões do interior” (Pires et al., 1984, pp. 112-113). Pode dizer-se que a descolonização e o retorno de indivíduos contribuíram para o reforço de efetivos qualificados na população portuguesa e de certas regiões.

Quanto à democratização, esta deve-se em boa parte a alguns objetivos estabelecidos por parte do Movimento das Forças Armadas (MFA), como a extinção da polícia política, a abolição da censura, a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, a autorização de novos partidos políticos e sindicatos livres e a nomeação de um governo provisório com solução imediata para o problema da colonização. A democracia teve um forte contributo no poder local e na autonomia de algumas instituições uma vez que a Constituição de 1976 definiu as formas de organização do poder. Segundo esta Constituição, o poder dividia-se agora em poder central através dos órgãos de soberania, poder regional através da assembleia regional e do governo regional e em poder local, dividido em freguesias e municípios. Esta diferenciação em termos de poder central, regional e local está fortemente associada à passagem do paradigma funcionalista para o paradigma territorialista do desenvolvimento. Importa ainda realçar que a consideração do nível micro e das necessidades locais está associada ao princípio da subsidiariedade que muito brevemente implica que nos domínios que não sejam da competência exclusiva da União Europeia, pode esta intervir se os objetivos não puderem ser atingidos pelos Estados-membros ao nível central, regional e local.

Relativamente ao terceiro desiderato, o Desenvolvimento, mais especificamente o desenvolvimento económico, foi um dos grandes problemas enfrentados pelos governos posteriores à revolução. A crise económica mundial dos anos 70 e as perturbações revolucionárias conduziram Portugal a uma situação de elevada dependência externa. Contudo, em 1986 Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia o que lhe permitiu beneficiar de fundos comunitários para a modernização da economia, a melhoria das infraestruturas, a formação profissional, entre outros aspetos cruciais, tornando a sua economia aberta mas inevitavelmente dependente do exterior.

Importa regressar à questão dos paradigmas do desenvolvimento. Aquando da revolução de Abril de 1974, considerava-se o desenvolvimento incluído na teoria dos polos de crescimento. As teorias clássicas de desenvolvimento regional, dentro destas, os polos de desenvolvimento, implicavam a ideia da existência de uma força motriz exógena à região com a capacidade de influenciar as restantes atividades económicas do sistema, sendo esta força vista, por si só, como potenciadora do processo de desenvolvimento e crescimento económico. O desenvolvimento era visto como uma questão solúvel num contexto cuja dinâmica era programada, isto é, as regiões eram vistas como idênticas, não existindo diferenciação entre estas, as suas características e necessidades. Para se alcançar o desenvolvimento, aplicavam-se modelos de desenvolvimento de forma generalizada sem considerar as especificidades das regiões e localidades. As questões a nível micro em comparação com o nível macro, ganharam relevância aquando da passagem do paradigma funcionalista (teorias clássicas) para o paradigma territorialista. Enquanto o primeiro dava primazia às forças exógenas à região, o segundo implica que o desenvolvimento aconteça através da utilização plena das potencialidades e especificidades a par das populações da sociedade local. Segundo Oliveira (2003) “pensar em desenvolvimento regional é(...) pensar na participação da sociedade local no planeamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (pp. 31). Com esta mudança de paradigma, considera-se que as políticas macroeconómicas devem privilegiar os elementos locais para a promoção do desenvolvimento através do aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região em causa. As transformações na visão sobre o desenvolvimento fizeram com que os polos de crescimento fossem substituídos pela noção de desenvolvimento territorial sustentável, que surge na década de 1970 e é fruto da tentativa de conciliar o processo de desenvolvimento com as preocupações ambientais. Por definição, é o processo de satisfação das necessidades atuais que não coloca em causa a satisfação das necessidades das gerações futuras, pelo que é possível identificar três exigências ao mesmo: solidariedade inter geracional, integração da gestão de recursos naturais nas estratégias de desenvolvimento e a da durabilidade dos processos de produção e consumo intrínsecas ao desenvolvimento.

3. Évora e o Alentejo – retrato sucinto dos últimos 40 anos

Pretende fazer-se um breve retrato sobre a situação de Évora e da região Alentejo por volta da década de 1970 e 1980, ou seja, nos anos próximos da data da revolução de Abril. De acordo com Jorge Carvalho (1990) a partir do início da década de 1970, verificaram-se indícios de maior dinamismo e crescimento de Évora, apesar do fraco desenvolvimento industrial tanto da cidade como da região. Com a revolução de Abril de 1974, surgiram novas perspectivas para o desenvolvimento económico da região, a explosão de movimentos urbanos, uma maior dinâmica da Administração Pública devido ao aumento do poder local, resultado da democratização reconquistada com a revolução.

Deve ter-se em consideração a entrada de Portugal na CEE em 1986. Entre este ano e 1991, o país atravessou uma fase transitória por ter um nível de desenvolvimento inferior ao de outros países, e para diminuir estas desigualdades foram-lhes concedidos fundos estruturais que permitiram a modernização do sistema político e dos investimentos realizados. Em 1988 é criado UNESUL (Associação Universidade-empresa do Sul) com o objetivo de ser o interface entre universidade e empresas e contribuir para o desenvolvimento regional ao apostar na formação dos recursos humanos e na transferência tecnológica. Verificou-se mais tarde o insucesso desta experiência que, apesar de ter acontecido há década atrás, mostrava já a preocupação para com a importância do conhecimento e da tecnologia para o desenvolvimento dos territórios.

“Perante as possibilidades de descentralização e desconcentração que se desenhavam e a vocação de Évora para desempenhar a função de capital regional do Alentejo, tudo apontava para que se viesse a reforçar ainda mais o papel terciário da cidade, sobretudo no setor dos serviços” (Carvalho, 1990, pp:30). Como tal, foi construído o Parque Industrial, localizado na zona sul da cidade. O Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE) surgiu com o conceito base de ser um polo de desenvolvimento económico, ser um centro de competências diversificadas apostando na qualidade de serviços e na qualidade ambiental ao garantir um baixo índice de construção, a implantação de entidades não poluentes e elevadas áreas de espaços verdes. O PITE assume ainda como objetivos o reforço das capacidades industriais e logísticas do concelho, a atração de investimento, a aposta na modernização e dinamização do setor económico e a promoção da instalação de unidades industriais.

O Alentejo tem vindo nos últimos anos a enfrentar um acentuado envelhecimento demográfico e a perder a capacidade de se autorregenerar a este nível devido a um conjunto de fatores como a dificuldade em fixar população, o facto de os níveis de fecundidade se encontrarem abaixo do limiar de substituição de gerações e ainda ao aumento da esperança média de vida (Santos e Baltazar, 2009). Pode dizer-se que o Alentejo se encaixa na definição de território de baixa densidade: territórios do interior do país com baixa densidade sociodemográfica, reduzido número de atividades económicas e oportunidades de emprego, duplo envelhecimento devido à difícil fixação de jovens e fraca taxa de natalidade.

4. Evolução do conceito de desenvolvimento

Foi anteriormente mencionada a transição do paradigma funcionalista para o paradigma territorialista no que diz respeito ao desenvolvimento dos territórios. O que se pretende é abordar a evolução do conceito de desenvolvimento. O desenvolvimento sempre teve reconhecida importância nas ciências sociais por estar presente em várias áreas disciplinares. Contudo, até à década de 1960, o desenvolvimento tinha uma base fundamentalmente económica, sendo visto quase sempre como sinónimo de crescimento económico e colocando de parte outros fatores, na década de 70 o conceito começa a sofrer algumas alterações (Amaro, 2004). A partir dessa altura, o desenvolvimento passa a ser visto como um processo mais democrático e com uma maior valorização do sentido humano. Deixa de ser considerado sinónimo de crescimento económico para ser visto como um meio e um fim em si mesmo, como um processo integrado onde se articulam e interligam outras dimensões além da económica como ambiental, social e cultural. O processo de desenvolvimento é agora visto como um processo mais abrangente que não tem em vista apenas o crescimento económico dos territórios, sendo este uma componente e não um sinónimo do desenvolvimento.

É importante dizer que com as alterações na noção de desenvolvimento e em tudo o que este engloba, surgiram outros conceitos de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável, anteriormente mencionado; o

desenvolvimento local – “processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, (...) e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2004, pp 57); o desenvolvimento participativo – “adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, (...) implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2004, pp. 57); o desenvolvimento humano – aumento das escolhas dos indivíduos, considerando não só a importância de fatores económicos mas também de outros de carácter social, cultural e político que terão influência na sua qualidade de vida; e o desenvolvimento social – resultado da discussão dos problemas sociais resultantes do processo de desenvolvimento.

Pode dizer-se que a noção de desenvolvimento considera agora outros fatores como o conhecimento, a valorização do sentido humano, a competitividade, a inovação, o empreendedorismo e a ciência e tecnologia. Todos estes fatores, tanto individual como sistemicamente, são considerados facilitadores do processo de desenvolvimento. A competitividade mostra-se como um fator essencial ao desenvolvimento. Sabendo que os territórios se desenvolvem graças à sua população bem como instituições e tecido industrial e empresarial, aumentar a competitividade é crucial para potenciar o desenvolvimento. Tanto a inovação como o empreendedorismo são potenciadores da competitividade dos territórios pois permitem, entre outros aspetos, gerar emprego. No que diz respeito ao conhecimento, a sua criação e transferência, a par da transferência de ciência e tecnologia, faz com que estes sejam cada vez mais relevantes ao desenvolvimento dos territórios. É através de instituições como universidades, empresas e parques de ciência e tecnologia que é possível gerar, utilizar e transferir conhecimento, ciência e tecnologia.

5. A sociedade do conhecimento

O conhecimento, a ciência e a tecnologia assumem papéis cada vez mais relevantes no processo de desenvolvimento dos territórios uma vez que se apresentam como fatores essenciais ao aumento da competitividade que, por si, é essencial para que o desenvolvimento aconteça. Pode assumir-se que se vive numa sociedade do conhecimento, onde importa não só possuir o mesmo mas também saber utilizá-lo e difundi-lo, aumentar a sua produção e a sua utilização. As universidades, enquanto principal gerador de conhecimento, devem assumir esse papel e aproximar-se cada vez mais das empresas e do tecido industrial para que dessa forma se desencadeie o desenvolvimento dos territórios.

O modelo tripla hélice confirma-o, assumindo como necessária a aproximação entre estas três entidades. Leyedesdorff (2012) afirma que o modelo tripla hélice existe para permitir estudar economias baseadas no conhecimento, considerando o Estado, as universidades e as empresas como três subsistemas dentro de um sistema mais vasto e complexo que apesar de possuírem os seus próprios objetivos, as ligações entre si permitem que o sistema se mantenha dinâmico e em constante transição e que atuem em conjunto para alcançar o desenvolvimento. Atualmente as universidades não desempenham apenas o papel tradicional da investigação e da educação. Como dito anteriormente, tem vindo a assumir-se como relevante não só a posse mas também a correta utilização e difusão do conhecimento pelo que importa compreender no que consistem os processos de transferência de conhecimento e de tecnologia. A terminologia “transferência de conhecimento” tem origem numa perspectiva neoclássica, sendo assumida como a transferência de qualquer bem ou serviço, como o capital ou outra mercadoria (Oliveira, 2008). De acordo com a *Enterprise Europe Network*, uma rede de serviços que auxilia as empresas a inovar e a competir no espaço europeu, o processo de transferência de tecnologia é entendido como o processo de transferência de propriedade intelectual relativa a um produto. Hugo Pinto (2012) afirma que a transferência de conhecimento é mais do que o processo de transferir o conhecimento apreendido pois está também relacionada com funções que a “ciência académica” deve cumprir na sociedade contemporânea: criação de novo conhecimento, a contribuição decisiva na resposta a problemas concretos, a dinâmica económica dos territórios e a capacidade inovadora das empresas (Larsen, 2011 apud Pinto, 2012, pp. 5). Pode ainda dizer-se que a transferência de conhecimento é um aspeto central na competitividade e coesão territorial uma vez que quando efetuada na universidade, permite assumir a mesma como “produtora e protetora dos comuns que resultam da

investigação científica para a sociedade que a envolve, especialmente empresas que absorvem este conhecimento e o levam para o mercado” (Pinto, 2009, pp. 3).

O conhecimento mostra-se como essencial para a competitividade dos territórios recorrendo às prioridades a nível europeu implantadas pela Estratégia Europa 2020. Esta estratégia estabelece que a saída da situação de crise atual deve implicar uma revisão do modelo de crescimento e que devem ser criadas as condições para que este seja diferente. Dessa forma o crescimento que se pretende alcançar deve ser inteligente, sustentável e inclusivo: inteligente mediante o investimento em educação, investigação e inovação; sustentável dando prioridade à transição para uma economia de baixo teor de carbono e uma indústria competitiva; inclusivo através da especial atenção dada à criação de emprego e redução da pobreza e exclusão social. Estas três prioridades mostram-se interligadas pois a melhoria da educação contribuirá para o aumento do emprego e consequente redução de pobreza, um maior investimento em I&D e inovação tornará a Europa num espaço mais competitivo e criador de emprego e o investimento em tecnologias menos poluentes contribuirá para a luta contra as alterações climáticas.

Em suma, vive-se numa sociedade do conhecimento uma vez que este é fator essencial ao desenvolvimento, ultrapassando visões mais tradicionais de que o crescimento económico seria o fator principal. Compreende-se agora que existem outros fatores e que o conhecimento, a par da tecnologia, são fulcrais ao desenvolvimento dos territórios. As universidades deixaram de ser apenas geradoras de conhecimento para passarem a ser mais dinâmicas e a preocupar-se não só em gerar conhecimento mas em utilizá-lo e difundí-lo. Também as empresas e o Estado ganham relevância nesta sociedade do conhecimento e nos processos de desenvolvimento e as suas inter-relações são agora tidas em maior consideração por poderem, em conjunto, trabalhar no alcançar do propósito final e comum: o desenvolvimento dos territórios.

6. Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo

Sabe-se que a globalização conduz à concorrência, tanto entre empresas como entre países e regiões. Um dos fatores essenciais a ser tido em consideração como impulsionador da concorrência é a capacidade competitiva que pode, em si, ser reforçada através do conhecimento, da ciência e da tecnologia. É com o intuito de apostar no aumento da competitividade territorial através da produção e disseminação de conhecimento científico e da tecnologia que surgem os Parques de Ciência e Tecnologia. Segundo a *International Association of Science Parks*, um parque de ciência e tecnologia é uma “organização (...) cujo objetivo central visa o aumento do valor da sua comunidade, promovendo uma cultura de inovação e de competitividade (...) para projetar estes objetivos um parque de ciência deverá estimular o fluxo de conhecimento interativo entre as universidades, as instituições de ciência e tecnologia, as empresas e os mercados (...)”¹

Sabendo que o conhecimento é condição essencial ao estímulo da competitividade, o PCTA pretende estimular o empreendedorismo e a inovação, rumo ao aumento da competitividade e do desenvolvimento da região onde se insere. O Alentejo apresenta-se como uma região de baixa densidade, e como um local com grandes necessidades de investimento e urbanização para que seja possível fixar mais população e recursos humanos qualificados para que se aumente a capacidade competitiva da região. Por isso devem valorizar-se os recursos endógenos da região, promover polos de competitividade e tecnologia e dinamizar a renovação económica e a revitalização da atividade económica.

Segundo João Mateus (2012) é necessário que haja um reforço, utilização e promoção de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação que seja adequada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas regionais e assim fomentar a competitividade empresarial, essencial ao desenvolvimento de vantagens comparativas e competitivas ao nível regional. O PCTA pretende ser um polo de atração empresarial que fomente a criação de redes, a cooperação e parcerias entre os centros de saber, empresas e outras instituições de modo a promover o crescimento, desenvolvimento e criação de riqueza com base no empreendedorismo, inovação e internacionalização.

Os objetivos do PCTA são apoiar o desenvolvimento e a modernização das empresas existentes, incentivando a implementação de projetos empresariais inovadores e, ao desempenhar um papel como agente

facilitador e dinamizador, promover a aproximação entre o tecido empresarial e a comunidade científica; apoiar a expansão das atividades científicas e tecnológicas regionais e promoção do efetivo de recursos humanos da região em atividades de Investigação e Desenvolvimento; promover a inovação e a consciencialização da importância do parque na cultura empresarial enquanto fator de competitividade; estimular a proximidade institucional, física e relacional entre as valências de investigação e desenvolvimento, criadores de conhecimento avançado, valências de ensino superior (que transmitem esse conhecimento) e empresas de base tecnológica que gerem inovação com base nesse conhecimento. É ainda objetivo do PCTA apoiar o desenvolvimento local de competências, conhecimento, infraestruturas e serviços de suporte que se constituem como polos de estímulo e transferência de tecnologia ao tecido empresarial bem como apoiar o empreendedorismo e incentivar a criação de *start-ups* e *spin-offs* que criem riqueza, postos de trabalho e conduzam à coesão social.

De forma geral pode assumir-se que a missão do PCTA é contribuir para a promoção e aumento da produtividade e competitividade da região do Alentejo, através da disponibilização de serviços que permitam às empresas focar-se apenas no *core* da sua atividade, sem preocupações extra, possíveis de serem resolvidas pelas valências proporcionadas pelo parque.

7. Metodologia

A metodologia utilizada na realização do presente trabalho divide-se em cinco etapas: a pesquisa bibliográfica, a realização de entrevistas semiestruturadas, a análise de conteúdo das entrevistas realizadas, a análise SWOT e a análise morfológica, fulcrais para poder alcançar o objetivo de desenhar cenários futuros para o PCTA.

A pesquisa bibliográfica e as leituras que esta implica, são de extrema importância para que se consolidem conhecimentos sobre o tema, para averiguar a validade dos estudos e ainda para compreender se o que se pretende alcançar não o foi já feito por outros anteriormente. Para além das leituras realizadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a atores chave, considerados como de extrema relevância para a prossecução dos objetivos a atingir. Neste caso especificamente, foram realizadas cinco entrevistas com os ditos atores chave, nomeadamente acionistas do PCTA, os principais responsáveis pelo mesmo e pelo projeto bem como representantes de empresas nele localizadas. Realizadas as entrevistas, a informação recolhida foi alvo de tratamento tendo por base a análise de conteúdo, que “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” como as entrevistas semidiretivas (Quivy, 2008, pp. 227). Esta análise mais detalhada à informação provocada foi realizada através grelhas de análise constituídas por categorias, relativas às respostas por perguntas efetuadas aos entrevistados, com o intuito de facilitar a sua interpretação (análise categorial temática).

Para a realização do exercício de aplicação da análise SWOT à elaboração de cenários, e neste caso à elaboração do cenário mais provável do PCTA, foram elaboradas questões condutoras que permitiram traçar o percurso mais adequado para atingir o propósito estabelecido. Essas questões foram deduzidas a partir das palavras-chave e articuladas numa sequência lógica aceite depois de submetida a análise e reflexão crítica. Quanto à análise morfológica, esta trata-se de um exercício em que a ênfase é colocada na avaliação das oportunidades e das ameaças, e das forças e debilidades, e através do qual se procede à arrumação por quadrante dos fatores negativos – debilidades e ameaças – e dos fatores positivos – oportunidades e forças – identificados por um conjunto de atores no que respeita à dinâmica inerente a um dado sistema.

8. Elaboração de cenários para o PCTA: o cenário mais provável no médio prazo

A importância da prospetivaⁱⁱ e da elaboração de cenáriosⁱⁱⁱ tem vindo a ser amplamente sublinhada e demonstrada em diversos trabalhos de pesquisa fundamental e de pesquisa aplicada. A elaboração de cenários pode ser concretizada com recurso a procedimentos que se encontram já testados e que têm sido utilizados com bastante frequência.

Neste caso recorrer-se-á porém a uma abordagem diferente a qual parte da análise SWOT, que pressupõe uma análise contextual (externa) e uma análise organizacional (interna). A análise contextual possibilita identificar Oportunidades e Ameaças enquanto a análise organizacional permite identificar Pontos fortes e Pontos fracos. As variáveis listadas anteriormente são classificadas de acordo com uma escala de três pontos (+1 a + 3 para as Oportunidades e Pontos fortes, e -1 a -3 para as Ameaças e os Pontos fracos) sendo depois projetadas até ao horizonte temporal estabelecido (o ano de 2020), também através de uma escala de 7 pontos (+3 a -3) de forma a serem posicionadas numa escala igual à utilizada no momento da partida.

Como se trata de um exercício que por ser um pouco complexo se torna fastidioso de seguir, apresentam-se apenas alguns exemplos introdutórios que possibilitam entender a lógica do raciocínio seguido. Nos próximos quadros expõe-se a listagem das variáveis inseridas em cada uma das quatro dimensões que integram a análise SWOT, começando com duas das dimensões que são propícias ao PCTA, na vertente externa (Oportunidades) e na vertente interna (Forças ou Pontos fortes).

Oportunidades	Forças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Viabilidade de angariação de financiamentos para a investigação fundamental e aplicada, relacionada com as áreas de especialização do PCTA, assegurada por estabelecimentos de ensino superior da região com capacidade para o efeito ▪ Perspetivas de implementação a breve prazo de políticas públicas favoráveis às empresas (inovação, fiscalidade, apoios económicos) ▪ Existência de um conjunto satisfatório de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento (tecnológicas, acessibilidades rodoviárias) ▪ Vantagens decorrentes da imagem favorável da região Alentejo como atrativa para viver, visitar e trabalhar, associadas em particular à inexistência de pressão urbana e populacional, e à boa qualidade de vida, em geral ▪ <i>Cluster</i> aeronáutico como forma de organização sistémica de atividades afins que geralmente cooperam e concorrem na forma de núcleos integrados de competitividade ▪ Existência de um conjunto satisfatório de condições naturais capitalizáveis para atividades económicas, de investigação científica e de transferência de tecnologia (concentração solar, solos, água...) ▪ Possibilidade de solicitações ao PCTA abertas por necessidades de atualização e melhoria sentidas por atividades económicas já implementadas e com potencial de crescimento (setores agrícola, agroindustrial, mármore, rocha, mecatrónica) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte associação entre o PCTA e a Universidade de Évora e os Politécnicos da região Alentejo possibilitando a inovação e a transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas ▪ Efeito demonstrativo decorrente dos resultados da forte associação à Universidade de Évora, possibilitando a motivação por parte das empresas para incorporar o conhecimento e a tecnologia ▪ Capacidade de prestação de apoio técnico e científico à comunidade empresarial local e regional como contributo para o desenvolvimento da região ▪ Grau de competitividade e inovação na atuação enquanto instrumento de valorização do conhecimento gerado

Quadro 1 – Variáveis incluídas nas dimensões favoráveis. Fonte: entrevistas aplicadas aos atores chave

No quadro seguinte figuram as variáveis incluídas nas duas dimensões adversas ao PCTA quer na vertente externa (Ameaças) quer também na vertente interna (Debilidades ou Pontos fracos).

Ameaças	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> ▪ (Possibilidade de) Cortes nos financiamentos pedidos e a candidatar ▪ Continuação de uma insuficiente ligação entre universidade e empresas ▪ Continuidade de um ambiente empresarial pouco ativo e pouco dinâmico ▪ Persistência de um tecido industrial relativamente fraco ▪ Deterioração das condições naturais dos mercados traduzidas no agravamento da concorrência, restrição de financiamentos, etc. ▪ Fraco investimento (público e privado) que prejudique as atividades económicas ao nível regional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de estrutura física que permita num prazo considerado razoável a concretização dos objetivos do projeto ▪ Grau de concorrência entre empresas superior ao seu grau de parceria com possíveis consequências mais negativas do que positivas a longo prazo no que se refere à sobrevivência de cada uma das empresas envolvidas e à sustentabilidade económica ▪ Excessiva especialização que condicione a diversificação possível da base económica e maior capacidade para resistir a crises setoriais ▪ Inexistência de empresas âncora que forneçam o adensamento das relações locais em torno da cadeia produtiva, estimulando assim o desenvolvimento de capacitações em nível local e estabelecendo competitividade sistémica

Quadro 2 – Variáveis incluídas nas dimensões desfavoráveis. Fonte: entrevistas aplicadas aos atores chave

Efetuada este exercício, o passo seguinte consistiu em aplicar às variáveis por cada dimensão a classificação no momento de partida, a projeção e a classificação no momento de chegada (horizonte temporal) conforme se exemplifica nos quadros seguintes:

Debilidades														
Designação da variável	Grau de gravidade atual			Provável Evolução							Grau de gravidade provável em 2020			
				Melhorar			Agravar							
	-3	-2	-1	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	-3	-2	-1	0
Inexistência de estrutura física que permita num prazo considerado razoável a concretização dos objetivos do projeto		X			X								X	
Ameaças														
Designação da variável	Grau de gravidade atual			Provável Evolução							Grau de gravidade provável em 2020			
				Melhorar			Agravar							
	-3	-2	-1	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	-3	-2	-1	0
Persistência de um tecido industrial relativamente fraco		X			X								X	
(Possibilidade de) Cortes nos financiamentos pedidos e a candidatar			X				X						X	
Pontos fortes														
Designação da variável	Grau de importância atual			Provável Evolução							Grau de importância provável em 2020			
				Melhorar			Agravar							
	+3	+2	+1	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	+3	+2	+1	0
Grau de competitividade e inovação na atuação enquanto instrumento de valorização do conhecimento gerado			X		X							X		
Oportunidades														
Designação da variável	Grau de importância atual			Provável Evolução							Grau de importância provável em 2020			
				Melhorar			Agravar							
	+3	+2	+1	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	+3	+2	+1	0
Cluster aeronáutico como forma de organização sistémica de atividades afins que geralmente cooperam e concorrem na forma de núcleos integrados de competitividade		X			X								X	

Quadro 3 – Exemplo de projeção das Debilidades e das Ameaças. Fonte: elaboração própria

Na impossibilidade de expor a totalidade dos cenários que poderiam ser aplicados ao PCTA, aplica-se apenas a explanação do cenário mais provável, deduzido a partir da leitura da coluna da direita. Essa leitura permite inferir que quase 50 anos após o 25 de Abril de 1974, o PCTA poderá beneficiar de uma situação em que a maioria das infraestruturas e outras condições necessárias para o seu funcionamento estejam asseguradas, porém num contexto local e regional ainda pouco dinâmico, o qual se prevê que venha a estar condicionado por uma economia nacional que crescerá provavelmente a um ritmo lento e pouco significativo, dependendo de uma economia europeia que permanecerá também pouco pujante, e de uma economia internacional cuja recuperação poderá ser dificultada por alguns contratempos que impedirão o relançamento desejado.

Num tal cenário o modelo tripla-hélice de Etzkowitz e Leydesdorff assume uma importância fundamental, dado o seu papel catalisador nos resultados das sinergias possibilitadas pela conjugação de esforços entre Estado, empresas e universidades, e por conseguinte para o contributo para o desenvolvimento local e regional.

Neste cenário há porém que tomar na devida consideração a relativa letargia que provavelmente ainda caracterizará a envolvente nacional e a envolvente internacional, e também em consequência a reduzida animação da base económica regional, o que requer uma reflexão sobre as estratégias mais consentâneas a adotar pelo PCTA, para fazer face aos desafios que o panorama descrito coloca, tema que será abordado numa posterior oportunidade.

9. Conclusões

A trilogia que há 40 anos sob os lemas Descolonizar, Democratizar e Desenvolver mobilizou o país para encetar novos rumos teve também repercussões no Alentejo, que de alguma forma beneficiou da afluência de retornados das ex-colónias portuguesas, entre os quais alguns altamente qualificados, bem como da implantação do poder local, que através dos municípios eleitos democraticamente impulsionou a melhoria das condições de vida das populações, através nomeadamente do acesso a equipamentos e infraestruturas essenciais. Paralelamente, o advento de organizações da sociedade civil, o esforço das autarquias locais e alguns efeitos positivos das políticas públicas impulsionadas pelo poder central, criaram condições para que se acreditasse no desenvolvimento da região. Algumas contrariedades internas e as dinâmicas polarizadoras da orla litoral, constituída pelo Algarve e pela faixa que se estende de Lisboa ao Porto, goraram as expectativas geradas.

Os problemas estruturais que se continuam a fazer sentir na quase totalidade da região, têm vindo a gerar da parte dos três setores de atividade económica, respostas visando contribuir para que seja garantido a residentes e novos habitantes as circunstâncias propiciadoras de uma qualidade de vida satisfatória. Uma dessas últimas respostas consubstancia-se no PCTA, cuja existência, embora promissora, se encontra ainda na fase de descolagem.

O atual contexto externo e as dificuldades que o país e a região atravessam, são fatores que não deixam porém de suscitar algumas interrogações sobre o futuro, quer em termos mais gerais, quer em termos mais particulares (como seja: 50 anos após o 25 de Abril de 1974 qual o contributo do PCTA para o desenvolvimento da região?)

Os resultados obtidos através da metodologia adotada permitiram aos autores concluir que no horizonte temporal de 2020 (coincidente com o horizonte da Estratégia Europa 2020) provavelmente ocorrerá um cenário no qual terão sido concretizadas a maioria das infraestruturas e outras condições necessárias para o funcionamento do PCTA, desfecho associado a um contexto local ainda pouco dinâmico, influenciado por uma economia nacional que crescerá a um ritmo lento e pouco significativo, dependendo de uma economia europeia também pouco relevante e de uma economia internacional assolada por alguns sobressaltos que impedirão o relançamento desejado.

Num mundo altamente competitivo e incerto, traços que tendem a manter-se ou a acentuar-se, fica em aberto para uma posterior ocasião apropriada, o debate sobre as estratégias a adotar para fazer face ao referido cenário mais provável, o que implica uma cuidada análise dos pontos fortes (forças) e dos pontos fortes (fraquezas) e das condições de sucesso da governação do modelo estratégico do PCTA.

Referências Bibliográficas

- Amaro, Rogério Roque (2004). *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Lisboa: ISCTE
- Bethlem, Agrícola (1999). *Estratégia Empresarial – Conceitos, Processos e Administração Estratégica*, 2ª. Edição. São Paulo: Editora Atlas
- Berger, Gaston (1957). L'accélération de l'histoire et ses conséquences, in Berger Gaston et al., (2007) *De la prospective. Textes fondamentaux de la prospective française (1955-1966)*, col. «Prospective», Paris: L'Harmattan,
- Carvalho, Jorge (1990). *Évora, Administração Pública*. Évora: Câmara Municipal de Évora
- Cristo, Carlos (2003). Prospetiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas, *Revista do Serviço Público*, 54 (1), 63-78
- Leydesdorff, Loet (2012). *The Triple Helix of University-Industry-Government Relations*. University of Amsterdam: Amsterdam School of Communication Research (ASCoR)
- Mateus, João (2012). Empreendedorismo e inovação: o PCTA como dinamizador do Alentejo in Baltazar, Saudade et al (coords), *Empreendedorismo, Igualdade de género e Desenvolvimento Local e Regional*. Lisboa: Caleidoscópio
- Oliveira, Gilson e Lima, José (2003). Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, 6 (2), 29-37
- Oliveira, Luísa (2008). *Sociologia da inovação. A construção social das técnicas e dos mercados*. Lisboa: Celta Editora
- Pinto, Hugo (2009). Dimensões institucionais, inovação e transferência de conhecimento: contributos dos estudos das variedades de capitalismo. *E-cadernos CES*, 5, 68-90. Consultado a 10 de Junho 2014, disponível em <http://eces.revues.org/283>
- Pinto, Hugo (2012). Institucionalização da transferência de conhecimento: políticas públicas e formação de atores-rede na universidade portuguesa. Consultado a 10 de Junho 2014, disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1260_ed.pdf
- Pires, R. Pena et al. (1984). *Os retornados – um estudo sociodemográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento
- Porter, A. Et al (1991). *Forecasting and management of technology*. New York: J. Wiley.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- Santos, M. e Baltazar, M. (2009). O Alentejo no final e no pós 2013: contributo para um exercício prospetivo aplicado ao desenvolvimento regional, *15º Congresso da APDR*, Praia (Cabo Verde), 9 a 11 de Julho de 2009

ⁱ Fonte: http://www.area.trieste.it/opencms/export/area/en/area_e_en/parco_scientifico/allegati/defSCIENCE_PARK.pdf

ⁱⁱ Utiliza-se somente a seguinte definição simples, adaptada de Berger (1957): É a ciência que estuda o futuro para compreendê-lo e poder influir nele.

ⁱⁱⁱ Pode ser considerado como uma visão internamente consistente daquilo que o futuro poderá vir a ser (adaptado de Porter, 1991) ou, situação que possa apresentar-se como resultado de ação ou dinâmica evolutiva no tempo (adaptado de Cristo, 2003), ou ainda “texto escrito em que se apresentam sequências hipotéticas de situações complexas, construídas com o propósito de concentrar a atenção nos processos causais e pontos de decisão e, facilitar a decisão na situação de incerteza e ignorância parcial em que se encontram os decisores” (Bethlem, 1999, pp. 183)